

ATA DA REUNIÃO COM A COMISSÃO GERAL DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e um, as dezessete horas, na Prefeitura Municipal, foi realizada a reunião com a comissão geral do plano de mobilidade urbana do município de Joaçaba, contando com a presença de membros da comissão geral e a equipe técnica do CINCATARINA. A presente ata destaca os principais pontos apresentados na reunião, que iniciou com srta. Mayara Zago explicando como será apresentada as pautas da reunião, indo em seguida para a apresentação das rotas acessíveis, onde foi solicitado pela comissão a realização de uma conexão entre elas, como proposta, foi definido alguns locais, entretanto eles podem ser debatidos, além do mais, isso foi adicionado a tabela de ações com a quilometragem correspondente a cada nível de prioridade, destacando que as rotas acessíveis são primordiais e as conexões devem ser aprovadas para realmente serem executadas. O sr. Gustavo Marcondes complementou que o objetivo da reunião é para ser feita estas discussões, pois quando vier a lei os objetivos terão que ser executáveis. A sra. Maria Olivia Belotto, questionou como seria a distribuição dos prazos, e o sr. Gustavo explicou que o curto deve ser feito em até 3 anos, médio em 6,5 e o longo em 10. O sr. Wilton questionou se a ideia seria implantar ciclovia nestas rotas. A srta. Mayara informou o objetivo de executar calçadas e travessias para pedestres nelas. A srta. Maria comentou sobre as calçadas adaptadas recentemente para o novo padrão, sendo elas funcionais, porém apresentam alguns problemas pontuais como postes e placas no meio do percurso. A srta. Mayara informou a importância de cuidar destes detalhes, pois nestes locais isso não pode ocorrer, sendo esta etapa uma das mais simples por estarem na área central, as dificuldades irão ser maiores quando for o segundo nível, pois irá adentrar nos demais bairros. O sr. Ricardo comentou seu receio em visualizar isso com o restante do plano, pois muitas coisas estão se sobrepondo, além disso, sem ter noção de valores fica difícil saber o que poderá ser executado. A srta. Mayara repetiu que se conseguirem estes indicadores de valores, poderiam ser adicionados ao plano. A srta. Maria informou a existência desses indicadores, separadamente para calçadas, ciclovia, faixa elevada e pontos de ônibus. A srta. Mayara falou da possibilidade de realizar um trabalho conjunto para conseguir criar estes indicadores de forma precisa. O sr. Gustavo destacou sua preocupação com o fato de ter indicadores para alguns itens e para outros não. O sr. Wilton comentou da existência desses valores para meio-fio, pavimentação, drenagem, passeio e pintura, questionou também qual o intuito de haver isto. A srta. Mayara respondeu que seria para entenderem o custo disso e perguntou para a comissão se a calçada ao qual se referem é apenas o concreto, ou inclui todas as sinalizações necessárias, obtendo como resposta da srta. Maria que sim. O sr. Wilton questionou se isto já não entraria na parte de projeto. A srta. Mayara informou que ao pensar em indicadores, ele pode ser um valor base, sendo eles entregues pelos membros da comissão. A srta. Maria informou que não há estes indicadores juntos, apenas separados. O sr. Gustavo completou que este é o primeiro plano e servirá de base para os seguintes e estes indicadores irão se formando com

Inovação e Modernização na Gestão Pública

o tempo, além do mais, ter apenas alguns indicadores não irá resolver, pois ainda não se terá um valor final correto abrangendo todas as obras. A srta. Maria comentou a dificuldade de poder afirmar o que será executado, já que não se sabe quanto recurso financeiro será utilizado. A srta. Mayara entende este posicionamento e explica que será indicado no plano locais para conseguir estes recursos. O sr. Marco Aurélio Bissani comentou que primeiramente deve se ter as ações e metas de claras, para que as mesmas possam ser quantificadas, sendo importante apresentar um levantamento de quanto o município gastou nos últimos anos em mobilidade urbana, já que isto poderá indicar o orçamento futuro. Nos casos que o município não tiver orçamentos, poderia ser usado valores adotados em licitações de cidades próximas. Ainda segundo ele, com estes valores, será mais fácil saber com quanto o município poderá arcar, podendo converter algumas arrecadações da cidade para este fim, como por exemplo o estacionamento rotativo e as multas de trânsito. Citou também a necessidade de incluir o plano de mobilidade no PPA. A srta. Mayara enfatizou que algumas ações podem ter a indicação da quilometragem aproximada, mas em outros, isso é mais complicado, como por exemplo as escadarias. O sr. Marco pediu qual o local exato destas escadarias e a srta. Mayara informou que estão indicadas com um raio, para a prefeitura definir o melhor local dentro dele. Então ele sugeriu usar apenas uma média, como por exemplo, dentro do raio a calçada terá uma extensão média de 80m. O sr. Gustavo comentou a respeito de usar licitações de outros municípios para obter valores, onde acredita que pode haver problemas na hora de justificar isso, mas a srta. Maria informou já usar isto como base dentro da prefeitura. Como sugestão o sr. Ricardo pediu para a comissão trabalhar em conjunto na obtenção destes valores, pois devem ser incluídos no PPA, definindo como meta da semana a entrega deste material ao CINCATARINA. O sr. Gustavo explicou que por causa das alterações solicitadas, o plano ficará um pouco mais parado e a srta. Mayara complementou que para tabular as estimativas e convertê-las para a tabela é demorado. Logo em seguida, passou para o tema das intervenções viárias, onde nos pontos 1 e 2 o município já tem anteprojetos, mas não foram incluídos no plano por causa de possíveis alterações. Os pontos 3 e 4 foram questionados a respeito dos veículos de carga pela da srta. Kelly Correia Sychoski, como resposta a srta. Mayara informou que a R. Cel. Arthur Pereira e a Ponte do Trabalhador não têm o objetivo de escoar o tráfego destes veículos, por isso os acessos a elas não vão ser abertos, tendo como objetivo principal a viabilização do transporte público na R. Cel. Arthur Pereira. A respeito da ponte, ela só poderá ser utilizada por veículos de carga se ela for ampliada. A srta. Maria comentou que a intervenção seria além da ponte, já que terá grande fluxo de veículos. A srta. Mayara falou da possibilidade de ter rotatórias no acesso a ponte, permitindo também o acesso a Av. Santa Terezinha. A srta. Maria complementou que a Av. XV de Novembro também poderá ser acessada, mas a srta. Mayara informou a necessidade de semáforos para isto. O sr. Marco falou do grande fluxo existente na R. Tiradentes, pois da acesso aos bairros, caso eles não possam mais usar esta rota, terão a Ponte do Trabalhador, convertendo depois dela para a esquerda, mas isso irá causar transtornos, por causa das paradas nas sinalizadas. A srta. Mayara informou a possibilidade de adicionar uma rótula antes, casando as

Inovação e Modernização na Gestão Pública

intervenções viárias com isso. O sr. Ricardo comentou que desde a década de 70 é feita as mesmas coisas, quando se tem um problema no trânsito se aumenta as vias e cria-se mais pontes, entretanto deve-se mudar isso, priorizando os pedestres e transporte coletivo. A srta. Mayara citou a R. Cel. Arthur Pereira, onde propõe mudá-la para unidirecional, pois agora ela não permite a utilização de outros modais, mas entende que possui atualmente um grande fluxo. Posteriormente, foi apresentado alguns perfis de vias, com o intuito de visualizarem como elas podem ser adequadas e questionou a comissão se ainda havia mais alguma dúvida com relação aos comentários. O sr. Ricardo perguntou sobre como vão realizar a retirada de estacionamentos, pois na hora de apresentar para a sociedade terá que pensar em algo para convencê-los. A srta. Mayara respondeu que dá para executá-lo gradativamente e na apresentação demonstrar quais as mudanças positivas disso. O sr. Gustavo explicou que, enquanto se criar estrutura para carros a população vai continuar entendendo que é melhor usá-lo. O sr. Wilton Warner Zukowski respondeu que ao pensar na cidade não se pode pensar só no pedestre e no ciclista pois a lei de mobilidade não exclui o veículo, e que ao criar pontes as distâncias são reduzidas, e os pontos se aproximam, reduzindo o tempo dos deslocamentos. A srta. Maria comentou que ao ver como a via pode ficar, ela esquece o restante, pois estas mudanças demonstram a cidade que querem. O sr. Wilton voltou a falar que as pontes irão viabilizar estas mudanças, pois sem elas os percursos seriam muito longos. A srta. Mayara complementou que as pontes realmente são necessárias para cidade. O sr. Wilton comentou que suas propostas de substituir passarelas por pontes não foram aplicadas ao plano. A srta. Mayara respondeu que os projetos não foram inseridos, mas a localização delas sim. Voltando a falar dos estacionamentos, a srta. Mayara comentou novamente a dificuldade de convencer a população da retirada das vagas, e a srta. Kelly respondeu que ao retirar deve-se pensar em outros pontos para adicionar. A srta. Mayra destacou que este não é o objetivo do plano, pois deve viabilizar a infraestrutura para o pedestre, ciclista e transporte público coletivo, influenciando as pessoas a manterem o carro em casa. O sr. Wilton falou que isso é um ideal para mais de 10 anos, pois boa parte dos veículos que circulam em Joaçaba, cerca de 1/3 são veículos vindos de Herval d'Oeste, 1/3 são veículos vindos de outros municípios, por Joaçaba ser um polo regional; e outros 1/3 são veículos de Joaçaba. Que pensar em reduzir o fluxo de veículos pode funcionar para cidades que não apresentam característica como Joaçaba, (de Cidade Polo Regional), mas aqui tem que se pensar em locais para as pessoas vindas de outros municípios estacionarem. A srta. Mayara falou que justamente a falta de estacionamentos públicos que vai viabilizar os edifícios garagens. O sr. Wilton falou que retirar os estacionamentos sem ter um plano claro, gradativo e formas compensatórias, como locais específicos de trocas de modais, transporte coletivo de qualidade, e estímulo à edifícios garagens, vai matar o comércio, ou será uma proposta utópica. A srta. Mayara respondeu que irá estimulá-lo, pois deixa o carro mais distante e caminha a cidade. Ele voltou a falar que a contrapartida deve ocorrer ao mesmo tempo e não ter que esperar por ela. O sr. Ricardo comentou que essas mudanças devem ocorrer e serão boas, mas entende que a retirada de estacionamentos deve ser compensada de alguma forma. O sr.

Inovação e Modernização na Gestão Pública

Wilton diz que tudo isso é ótimo, mas na prática é diferente, pois ao ser retirado as vagas da Av. Santa Terezinha, o comércio se enfraqueceu, por isso, deve se pensar em como estimular os empreendedores a investirem em edifícios garagens, e criar modais para se deixar o carro e utilizar outros transportes na cidade. A srta. Maria comentou a dificuldade de pensar nisso antes do transporte estar funcionando corretamente. A srta. Mayara concordou com ela e destacou que a dificuldade de separar os prazos é por isso, já quer todas as mudanças devem ser conectadas. Com relação ao incentivo para a criação de edifícios garagens, a srta. Maria comentou que isso deve constar no plano diretor. O sr. Marco falou que falta se pensar no macro, pois em 2007 ele sugeriu a criação de pontos de influência para construção de edifícios garagem, pois assim as pessoas iram até próximo do centro e a partir dali andariam a pé ou com outro meio de transporte. Devendo-se pensar principalmente no centro por ser o local com mais destinos de viagens. Criando-se também objetivos gerais claros, como por exemplo retirar os veículos individuais do centro. O sr. Gustavo concordou e destacou que a comissão tem o dever de trabalhar junto para elaboração do plano. O sr. Wilton questionou novamente sobre as pontes que ele havia indicado e a srta. Mayara informou que elas foram adicionadas, tanto em texto quanto em cartograma, porém não será vinculado o anteprojeto a elas. Ele falou que seriam propostas, assim como o desenho das vias. Ela respondeu que as vias são cenários de possibilidade de execução e não seriam inseridos no plano a princípio, mas a comissão solicitou isso. Então o sr. Wilton solicitou que os cenários criados e enviados por ele ao CINCATARINA fossem incluídos, solicitando a aprovação dos demais. A srta. Maria comentou que estas mudanças apenas enriquecem o plano, e com os debates nota-se o que pode ser complementado. A srta. Mayara comentou que os objetivos gerais, pensando no macro estão presentes no plano, como por exemplo a malha cicloviária, rotas acessíveis, vias projetadas, mas realmente retirar os estacionamentos não consta nos objetivos. O sr. Marco diz que ao se referir em macro não está pensando no físico territorial e sim no conceitual. O sr. Gustavo questionou se a comissão tem algum objetivo macro que gostaria de incluir no plano. O sr. Marco comentou que não sabe ao certo, pois isso vai ser construído, e falar no momento sem estruturar não seria bom, acreditando que alguns já estejam no plano. A srta. Mayara comentou que os objetivos adicionados ao plano são considerados gerais de acordo com a sua interpretação, mas pela do sr. Marco não, então seria interessante verificá-los. O sr. Marco comentou que talvez não tenha se expressado bem e comentou a respeito dos objetivos específicos, onde acredita que as 6 metas deveriam estar em objetivos, diretrizes e metas, sendo bom estar tudo em sequência, sendo isso aceito pela srta. Mayara. O sr. Gustavo comentou que pode ser marcado uma reunião para debater apenas os objetivos gerais, ficando ela marcada para o dia 16 de março. Por fim, deu-se por encerrada a reunião.


Inovação e Modernização na Gestão Pública



Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621